

O processo de descolonização de Angola

do «25 Abril» ao «Alvor»

Pedro Pezarat Correia

1. A descolonização portuguesa. Um fenómeno de repercussão internacional

Dez anos passados sobre o «25 Abril», consumada a descolonização portuguesa em África, inseridos no concerto das Nações os países que foram colónias portuguesas, começa a ser tempo para se volver um olhar analítico sobre este passado recente e, serenamente, reflectir sobre ele.

É hoje evidente o contributo - não exclusivo mas sem dúvida decisivo - da «Descolonização», um dos grandes objectivos do Programa do MF A, para a profunda alteração que nestes últimos 10 anos sofreu o panorama geopolítico da África Austral, alteração que atraiu as atenções do mundo nos últimos meses pela ocorrência, aí, de factos até então inimagináveis.

Mas há que deixar bem claro, sem espaço para a mínima ambiguidade, que estes factos - refiro-me obviamente às conversações e acordos Angola/RAS e Moçambique/RAS - só foram possíveis num quadro de relações internacionais entre países soberanos, pelo que este problema nem sequer se colocaria se não tivesse havido a descolonização. Considero importante pôr em evidência esta verdade de «La Palisse», porquanto ainda recentemente um destacado governante do fascismo ousou afirmar que o governo português de então aguardava melhor oportunidade para evoluir no sentido da descolonização, fundamentando a sua argumentação exactamente no actual clima de abertura na África Austral, como prova de que essa oportunidade haveria de surgir. Para além da surpresa por esta constatação tardia de que afinal o «Estado pluriracial, pluricontinental, uno e indivisível», também admitia a descolonização, choca o raciocínio ardiloso, procurando colher em factos decorrentes da descolonização, argumentos para justificar um comportamento que negava a própria descolonização e que por isso mesmo nunca poderia conduzir ao surgimento desses factos.

O autor daquela afirmação esqueceu que a Geopolítica marcha a par e ligada com a História e que o novo quadro geopolítico da África Austral, assente em novas Regiões Políticas e novas relações entre Estados, é em parte consequência da rotura histórica provocada pelo «25 Abril» e que só a partir desta e do papel que nela tiveram os seus agentes, esse quadro se pôde desenvolver.

Uma das Regiões Políticas hoje individualizáveis na África Austral - o critério não é exclusivo - é a formada pelo «países da Linha da Frente», na qual se insere a República Popular de Angola (RPA).

O processo que culminou no reconhecimento internacional da RPA tem início com a colonização portuguesa, prolonga-se com a luta dos angolanos pela independência, agudiza-se a partir de 1961 com a guerra colonial e remata-se com a descolonização entre o «25 Abril» e o 11 de Novembro de 1975, data da proclamação da independência.

Proponho-me, aqui, analisar o que foi este processo, no período entre o «25 Abril e o «Acordo de Alvor» em 15 de Janeiro de 1975.

2. Angola. A «Jóia da Coroa» do colonialismo português

O problema de Angola, se bem que inserido, no contexto *global* do colonialismo e da descolonização portuguesa, reveste-se de algumas especificidades. É um lugar-comum, mas é uma realidade.

O regime português proclamava a inalienabilidade de todas as parcelas do império, mas a intenção última foi sempre preservar Angola, ainda que tivesse de perder, pela força, as outras colónias.

Pela força tinha já perdido, em 1961, o Estado da Índia.

Pela força estava em 1972 pronto a perder a Guiné, acerca da qual Marcelo Caetano afirmava a Spínola « que estava fora de causa qualquer hipótese e acordo político negociado e que se encontrava preparado para aceitar, se necessário, uma derrota militar» (1). Esta sua afirmação não resultava dum irredutível apego à Guiné, mas sim do receio por estar «abrindo um precedente quanto ao resto do ultramar português, a cuja força não se poderia fugir, Se Portugal tivesse apenas para se resolver o problema da Guiné, o método talvez fosse utilizável. Não se poderia esquecer que tínhamos Angola e tínhamos Moçambique » (2).

Uma vez perdida a Guiné militarmente, a mesma lógica haveria de se impor face à eventual iminência da perda de Moçambique, para se orientar todo o esforço para a manutenção de Angola. Recorde-se que, no aspecto militar, na opinião de Marcelo Caetano, em comparação à Guiné e Angola «Quanto a Moçambique é que as coisas corriam pior» (3). E é certamente nessa linha de pensamento e admitindo já, também ali, a derrota, que pergunta a Jorge Jardim « se já pensou no que fará se houver um colapso militar em Moçambique?... será bom que pense» (4).

Não será de resto ousado admitir que uma tal sequência, a verificar-se, teria levado a um maior empenho dos EUA no apoio a Portugal em Angola, se entretanto as outras colónias, tornadas independentes, não alinhassem internacionalmente com os interesses dos EUA.

A consideração de Angola como «um caso especial», veio a ser exactamente a preocupação dominante da política de descolonização ensaiada por Spínola que, cedendo sem esforço (se bem que a contra-gosto) à inevitabilidade dos processos de descolonização com vista à independência total de todas as outras colónias, procurou impedir que isso sucedesse com Angola. Foi o próprio quem afirmou que « era necessário salvar Angola» no sentido « da formação dum Estado, como o Brasil, no Continente Africano » (5).

É evidente que o artifício semântico de «um Estado como o Brasil em África», apenas se destinava a camuflar a intenção de uma independência «tipo Rodésia», proclamada pela minoria branca, em íntima ligação com a metrópole colonial, cujos interesses económicos ficariam assim assegurados.

Toda a política dos últimos anos do regime colonial português se encaminhara já no sentido de previligiarem, em último recurso, a manutenção de Angola no espaço português. Era disso claro indício o incremento dos investimentos financeiros e dos empreendimentos económicos umbilicalmente ligados aos grandes grupos empresariais portugueses. E nesse sentido ia também o fomento da acelerada emigração portuguesa, no cego objectivo da fixação branca, que criminosamente utilizou os emigrantes numa política sem futuro, da qual estes viriam a ser as grandes vítimas. Em Angola se procurava, com maior sucesso, implementar a teoria de Kaulza de Arriaga de que « só seremos capazes de manter um domínio branco em Angola e Moçambique, que é um objectivo nacional, se o povoamento branco for em ritmo que acompanhe e ultrapasse ligeiramente, pelo menos, a produção de negros evoluídos » (6).

Essa mão-de-obra não qualificada, ia concorrer no mercado de trabalho angolano com a mão-de-obra local, impondo-se apenas pelo argumento da cor da pele, constituindo não só um bloqueio à promoção social dos naturais africanos, como o instrumento da criação de um estatuto social de fundamento racista, que iria contribuir para o lançamento de tal «Brasil africano». Isto não era mais do que o reconhecimento implícito daquilo que o regime de então se empenhava em negar, a natureza colonial das nossas relações com os territórios africanos, pois que «A colonização dos séc. XIX e XX , foi de facto a sujeição dos povos asiáticos, africanos e americanos, aos povos de raça branca» (7) .

Era uma política à partida fracassada. A luta de libertação tinha sido desencadeada pelos movimentos nacionalistas africanos, empurrados para a luta armada pela intransigência do regime colonial português e aquelas massas de colonos brancos, agentes inconscientes da exploração colonial não puderam - nem nunca poderiam - ser absorvidas pela sociedade do novo país independente. E tiveram de regressar às origens, sentindo-se vítimas dum processo, que no fundo nem sequer entendiam. E foram vítimas, de facto, explorados, logrados e manipulados por um poder, que os utilizou como agentes de um política já então sem futuro, porque já condenada pelo processo histórico.

(1) António de Spínola, «País sem rumo»

(2) Marcelo Caetano, «Depoimento»

(3) Idem, «<Idem»

(4) Jorge Jardim, «Moçambique terra queimada»

(5) António de Spínola. «País sem rumo»

(6) Vinício de Sousa. «Racismo opressão dos povos»

(7) Alberto Jaquard. «O elogio da diferença»

3. A descolonização. Um problema político que não deve ser equacionado em termos militares

A singularidade do problema de Angola no processo de descolonização tem, certamente, muito que ver com a situação militar interna, que era substancialmente diferente da das outras colónias. Facto que, superficial ou tendenciosamente analisado, tem servido de argumento a muitos dos detractores do processo de descolonização. A situação militar atravessava um período de estabilização, aparentemente favorável às tropas portuguesas. Esse enfraquecimento temporário do potencial militar dos Movimentos de Libertação tinha várias origens, das quais se devem destacar as confrontações entre eles, com dificuldades visíveis para aquele que tinha maior implantação política, o MPLA, que via cada vez mais cortados os seus apoios no exterior, dado o cerco que lhe moviam os outros dois, o FNLA no Norte e a UNITA no Leste. Também tinha influência neste enfraquecimento as divisões no seio dos próprios Movimentos, especialmente no MPLA.

Não se sentia portanto em Angola a iminência de uma derrota militar portuguesa, como acontecia na Guiné e, com menos acuidade, em Moçambique.

Mas em Angola não se estava também, longe disso, na iminência da vitória portuguesa. Seja qual for o pensamento sob o qual se equacione a teoria da guerra, há um axioma «clausewitziano» universalmente aceite, segundo o qual « a guerra é uma luta de vontades ... a vitória manifesta-se apenas pela destruição das forças físicas e morais do adversários» (1).

Ora, mesmo em Angola, onde a situação militar era menos desfavorável a Portugal, nunca foi detectável a intenção dos Movimentos de Libertação abandonarem a luta armada. E ao período de baixa actividade militar dos Movimentos seguir-se-ia certamente o seu recrudescimento, até porque o tempo, todos o sabíamos, não jogava a nosso favor.

Carece assim totalmente de base científico/militar e de credibilidade a tese defendida pelos generais portugueses que subscreveram o livro «África a Vitória Traída» (2), que procura sustentar que a guerra estava prestes a ganhar-se e só se perdeu porque os militares não a quiseram ganhar. Ainda que o primeiro pressuposto fosse verdadeiro em termos de força física - e não o era - o reconhecimento de que aos militares portugueses faltou vontade para assegurar a vitória, é a constatação de que a vitória era impossível.

Nenhum chefe militar pode desconhecer estas palavras de Albert Sthile: «A força das armas decide sem dúvida a sorte duma batalha. Mas o ideal dum povo que combate pela sua liberdade, decide a vitória final» (3). Não as desconhecia certamente o general Almeida Viana, que foi comandante-chefe em Angola em 1966-67, a quem é atribuída a constatação de que « a esmagadora maioria das suas tropas não se identificava com a transcendente importância desta cruzada nacional» (4). Nem o desconheceu Spínola que reconheceu que « os quadros hierárquicos mais conscientes tinham noção exacta da inviabilidade de uma vitória militar» (5).

Mas para além desta polémica entre a vitória e a derrota militar, o fundamental é que o problema da descolonização era político e a sua legitimidade não pode ser equacionada em termos de correlação militar. Não é por dispor ou não, neste ou naquele momento, de superioridade armada, que a luta é mais ou menos legítima. A sua arma é outra, é a da razão. E da razão dos Movimentos de Libertação na luta pela independência dos seus países, já ninguém ousa, hoje, duvidar. Ao MFA coube o papel histórico de, em nome dos portugueses, o reconhecer. Por isso os oficiais do MF A foram, na frase feliz de Eduardo Lourenço « os jovens oficiais de um combate recusado, mais por injusto, do que por impossível» (6). Este foi o seu grande mérito.

(1) Clausewitz, «Da guerra»

(2) S. Silvério Marques, Kaulza de Arriaga, Luz Cunha e Bettencout Rodrigues, «África a vitória traída»

(3) Albert Sthile. «O padre e o comissário»

(4) Franz Wilhelm Heimer. O processo de descolonização de Angola 74-76»

(5) António de Spínola. "País sem rumo»

(6) Eduardo Lourenço. "Os militares e o poder»

4. Uma descolonização com 30 anos de atraso e uma guerra a que era imperioso por termo

Três outros aspectos há, que são por vezes esquecidos, que influenciaram decisivamente todo o processo da descolonização portuguesa, por isso também o de Angola, e que devem ser postos em evidência. O primeiro é que a descolonização portuguesa se deu com um atraso de 30 anos, sob pressão internacional, tendo Portugal enquanto país descolonizador, perdido a iniciativa e a capacidade para definir as regras do jogo.

O segundo, que decorre do anterior, é que a intransigência do colonialismo português, recusando qualquer solução negociada, empurrou os movimentos independentistas para uma guerra de libertação, cuja impopularidade entre o povo português só o «25 Abril» pôde denunciar. Por isso impunha-se, como condição «sine qua non» da descolonização, a obtenção da paz, o que por sua vez reduzia os dialogantes aos movimentos que tinham travado a guerra. Era totalmente irrealista a posição de Spínola, que quis privilegiar no diálogo agrupamentos surgidos depois do «25 Abril», sem qualquer representatividade nem legitimidade para tratarem do problema da paz, o que arrastaria o prolongamento da guerra, guerra que o «25 Abril» irremediavelmente condenara. Spínola não tinha solução para esta contradição. A guerra, fenómeno violento, marcara de violência os últimos anos da colonização, violência que não poderia deixar de reflectir-se nos primeiros tempos da descolonização. Os actores deste processo haviam-se habituado a acreditar mais na razão das armas, do que nas armas da razão.

O terceiro aspecto a considerar, é que o agente determinante nos processos de descolonização e na escolha das soluções futuras, são sim os colonizados e não os colonizadores, exactamente porque as independências são conquistas e não dádivas. E isto é particularmente verdade quando o colonizado foi forçado a lançar-se numa guerra prolongada, que lhe custou sacrifícios sem conta, a qual, é óbvio, não iria bruscamente cessar para aceitar condições impostas pelo colonizador, numa altura em que este nada tinha a seu favor.

A opção do colonizado era, sem alternativa, a independência total, como logo o reconheceu Almeida Santos, na sua «Carta Aberta aos moçambicanos» de 12 de Maio de 1974, nas vésperas de ser empossado Ministro da Coordenação Interterritorial do 1.º Governo Provisório: «Ou bem que todos sabemos que a autodeterminação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné conduz totalmente à independência ou bem que não. Se sim - e eu não vejo seriamente como sustentar a negativa - a montagem de um sistema autodeterminativo afigura-se-me redundante, logo, inútil» (1). A independência seria o primeiro passo a partir do qual os novos países escolheriam os seus modelos políticos, escolha em que, ao país colonizador não caberia qualquer papel, a não ser que estivéssemos perante uma tentativa neocolonial. Os povos africanos não têm que se sentir obrigados a aceitar aquilo que constitui uma constante do etnocentrismo político ocidental, que pensa poder exportar, sem cuidar das especificidades de cada lugar, os modelos sócio-políticos da democracia parlamentar. A ilegitimidade desta posição foi compreendida pelos insuspeitos bispos portugueses, que em carta pastoral de Julho de 1974 reconheceram que «Nas sociedades politicamente subdesenvolvidas, a democracia (subentende-se a democracia tipo parlamentar) é utópica» (2).

Sem dúvida que as dificuldades, as violências, os factos consumados da descolonização portuguesa, têm responsáveis que a História não poderá deixar de condenar. Eles são os ideólogos do colonialismo a qualquer preço, os intransigentes adversários das soluções negociadas para o problema colonial.

E se nem tudo se perdeu e os portugueses podem hoje orgulhar-se das relações exemplares que mantêm com os povos dos países que foram antigas colónias, isso deve-se ao «25 Abril» que ainda conseguiu introduzir os factores de correcção possíveis, num processo irreversivelmente a caminho do desastre.

(1) Almeida Santos. «15 meses ao serviço da descolonização»

(2) «A igreja e o mundo»

5. Os actores e os figurantes na descolonização de Angola

As estruturas mais responsáveis do MFA em Angola, cedo se compenetraram de que a independência total seria irreversível. Mas um dos problemas mais graves com que desde logo se confrontou foi o da hostilidade entre os três Movimentos de Libertação. Não só tinha de se dispersar num diálogo tripartido, como muitas vezes era a única ponte possível do diálogo entre os vários movimentos.

Estas divisões tiveram ainda o demérito de favorecerem o surgimento de inúmeros movimentos e partidos oportunistas, artificialmente formados depois do «25 Abril», que abusivamente apareciam a reivindicar o direito de participarem no diálogo da descolonização.

Além dos 3 Movimentos de Libertação MPLA, FNLA e UNITA, os movimentos e partidos que já existem, ou se formaram logo a seguir a Abril de 1974, podem agrupar-se em 3 grandes áreas:

- os que já eram, ou derivavam, de movimentos oposicionistas à ditadura colonial, e que se centravam à volta do Movimento Democrático de Angola (MDA) ou eram suas delegações fora de Luanda; apoiavam o MFA e batiam-se pela independência de Angola;

- os que assentavam em grupos tribalistas ou em meras personalidades, na maioria das vezes sem qualquer expressão política e que, quando se formou o Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), numa forma geral, se integraram neste;

- os que se formaram para combater o MFA, interessados numa independência «tipo Rodésiana», ou na «balcanização» de Angola e com esses objectivos organizaram tentativas armadas contra a Junta Governativa e o MFA; encontraram cobertura em Spínola quando, na sequência dos seus encontros com Nixon, nas Lages, e Mobutu, no Sal, pretendeu conduzir pessoalmente a descolonização de Angola, e no governador entretanto nomeado, Silvério Marques, que assim procuravam contrariar o peso determinante dos Movimentos de Libertação.

A nomeação de Silvério Marques provocara a hostilidade dos meios progressistas angolanos e dos Movimentos de Libertação e fora contrária à opinião do MFA, pelo que a confrontação deste com o governador foi inevitável e agudizou-se a tal ponto que, em plenário do MFA com a presença de delegados de toda Angola, foi decidido, por unanimidade, exigir de Lisboa a sua demissão, a qual veio a dar-se em 22 de Julho e em cuja sequência veio a ser nomeada a Junta Governativa, presidida por Rosa Coutinho. Foi o grande passo em frente no sentido da definição da estratégia da descolonização que viria a culminar com o acordo com os 3 Movimentos de Libertação.

Anteriormente, em 14 de Junho, já tinha sido dado um passo significativo pelo MFA, com o deslocamento de uma delegação sua à área controlada pela UNITA - Movimento com o qual, desde os princípios de Janeiro de 1974, eram mais intensas as acções de guerra no Leste - de que resultou, nesse mesmo dia, um acordo de cessar-fogo com esse Movimento.

Spínola no seu livro, inverte totalmente as intenções quanto à descolonização, suas e do MFA, chegando mesmo a afirmar que « o MFA de Angola pretendia eliminar das negociações a FNLA e a UNITA», pelo que decidiu « enviar a Angola o Ten. Cor. Engrácia Antunes para falar com o Dr. Savimbi, chefe da UNITA, iniciativa que, desde logo abriu caminho a um acordo » (1). Ora o acordo com a UNITA tinha sido já firmado, como se viu, um mês antes, por uma delegação do MFA. E foi numa situação em que vigorava já esse cessar-fogo, que Savimbi recebeu Engrácia Antunes, que aliás foi acompanhado por mim próprio.

A mais clara definição da estratégia da descolonização com o apoio do governo e do MFA, em Lisboa, provocou, por outro lado, a reacção dos grupos minoritários, que já referenciei, o que se reflectiu no agudizar da instabilidade social, com incidentes nos «muceques» de Luanda, greves e acções pró-separatistas de brancos e em Cabinda. Em Agosto de 1974 deu-se em Lusaka a primeira tentativa séria de entendimento entre os 3 Movimentos de Libertação, com um observador da Junta Governativa, mas que se saldou por um fracasso.

Em 19 de Setembro, num gesto muito significativo, cerca de 500 oficiais dos três Ramos das F.A. reunidos em Luanda aprovaram, quase por unanimidade, um documento de apoio à Junta Governativa e ao Comandante-chefe em Angola e no qual se infere a solidariedade à sua política de descolonização que « não poderá deixar de ter em conta os verdadeiros representantes do povo angolano» e que, por isso, vem a ser fortemente contestado pelos pequenos agrupamentos sem representatividade que se sentem, e bem, excluídos.

Em fins de Setembro Spínola tentou uma última oportunidade para contrariar aquela estratégia, convidando para um encontro em Lisboa representantes daqueles pequenos agrupamentos, a que chamou de «forças vivas angolanas», encontro que seria inconclusivo dada a resignação de Spínola em 30 de Setembro.

Com esta resignação, o projecto da Junta Governativa e do MFA passou a desenvolver-se com muito mais celeridade. Tinham desaparecido os factores geradores de desconfiança nos Movimentos de Libertação.

Em 15 de Outubro foi assinado em Kinshasa o acordo de cessar-fogo com o FNLA, o único que teve lugar fora de Angola.

Em 21 de Outubro, nas planícies do Lunhamege, no leste de Angola, foi assinado o cessar-fogo com o MPLA.

Afinal Spínola resignara e a intenção desde o início definida pelo MFA, de firmar um acordo para a independência com os 3 Movimentos de Libertação, seguia o seu curso. Os factos provam quem queria, e quem não queria, marginalizar do processo os interlocutores que tinham adquirido a inteira legitimidade de nele participarem. Naturalmente que a clarificação deste processo viria também a provocar as últimas tentativas, desesperadas, para o contrariar.

Em 23 de Outubro, descoberta que foi uma tentativa armada da Frente de Resistência Angolana (FRA) contra a Junta Governativa e o MFA - que, segundo escreveu o seu responsável máximo no livro em que divulgou toda esta conspiração (2), contava com o apoio da RAS, Rodésia, França e EUA - foi a mesma desmantelada pela intervenção enérgica do MFA. Por isso alguém afirmou, e bem, que « o perigo ... duma revolta a favor de um modelo (à Rodesiana) ... foi evitado por Rosa Coutinho ... apoiado num corpo de oficiais ... praticamente unânime em rejeitar o «golpe à Rodesiana» (3).

Em Novembro verificaram-se vários incidentes em Cabinda, nos quais teve sempre papel de relevo a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), que se batia pela independência separada do enclave, o que era inaceitável para todos os Movimentos de Libertação e que Portugal não podia apoiar, até porque contrariava frontalmente as disposições da OUA para a independência das colónias africanas.

Foi também durante o mês de Novembro que, estabelecido o cessar-fogo global com as Forças Armadas Portuguesas, os 3 Movimentos de libertação legalizaram a sua implantação no interior de Angola, intensificando a sua acção política, traduzida em grandes movimentos de massas, no agudizar de conflitos entre eles e na radicalização de posições da minoria branca.

Em toda esta situação agitada, difusa, apaixonada mesmo, as Forças Armadas Portuguesas seriam também envolvidas, com reflexos fortemente negativos para o processo de descolonização.

O desgaste progressivo a que elas foram submetidas radicava em duas origens. Uma, de ordem geral, não específica das Forças Armadas de Angola e que tinha a ver com o agravamento da disciplina, que vinha de antes do «25 Abril» e que este se limitou a tornar mais evidente. Spínola reconheceu que « em 1973 as F.A. se encontravam em fase adiantada de um processo de desagregação » e que o próprio « Marcelo Caetano se encontrava muito preocupado com o estado de indisciplina a que tinham chegado as F.A.» (4).

(1) António de Spínola. «País sem rumo»

(2) Pompílio da Cruz. «Angola. os vivos e os mortos»

(3) Franz Wilhelm Heimer. «O processo de descolonização de Angola 74-76»

(4) António de Spínola. «País sem rumo»

Outra, específica de Angola e que decorreu da falta de confiança inicialmente manifestada pelos Movimentos de Libertação nas verdadeiras intenções do novo poder em Portugal, relativamente à descolonização de Angola. Tal levou os Movimentos a recearem que as Forças Armadas Portuguesas pudessem vir a ser o instrumento duma política neocolonial, pelo que trataram de contribuir para o seu enfraquecimento, não só através duma campanha psicológica desagregadora, como cavando divisões entre militares angolanos e portugueses, que vieram mesmo, por vezes, a transformar-se em graves confrontações.

Tornou-se assim imperativo o licenciamento prematuro de todos os militares angolanos, mas não se pôde travar uma generalizada desmotivação dos militares portugueses, com perda da capacidade de intervenção que lhes teria sido indispensável para que tivessem podido desempenhar o papel arbitral fundamental, que lhes cabia, num processo tão complexo, em que era iminente o confronto entre os 3 Movimentos. Estes imediatamente procuraram captar para as suas fileiras os militares africanos e os elementos das várias tropas auxiliares que iam sendo licenciadas pelas Forças Armadas Portuguesas.

A situação mais se agudizou por essa altura, com a detenção, sem margem para dúvidas, da primeira intervenção militar estrangeira em Angola, com a entrada em força, pela fronteira norte, de tropas zairenses, fazendo-se passar por tropas do FNLA.

Foram intensos e generosos, corajosos mesmo, os esforços que as estruturas do MFA desenvolveram para tentar contrariar o desgaste das Forças Armadas, quer por uma persistente acção junto destas, quer pelas tentativas de fazer entender aos Movimentos de Libertação a indispensabilidade dumas Forças Armadas Portuguesas com capacidade operacional. Quando estes o vieram a entender, já depois do 28 de Setembro, era demasiado tarde.

Apesar de tudo, foi possível consumir a estratégia que foi sempre a do MFA.

De 2 a 5 de Janeiro de 1975 os 3 Movimentos encontraram-se em Mombaça e conseguiram encontrar uma plataforma comum para se apresentarem numa reunião plenária com o Governo Português.

Foi o que aconteceu na célebre conferência do Alvor, que terminou em 15 de Janeiro de 1975, com um acordo que estabeleceu a data para a independência em 11 de Novembro desse ano e delineou as normas a vigorar para o período de transição.

Portugal assumiu aqui compromissos que respeitou inteiramente. A análise do que se passou na fase seguinte não pode esquecer esta realidade. Mas essa análise ultrapassa os limites deste trabalho. Outros o farão.